



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Segurança**  
**Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**

**OFICIAL DO QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES (QOPM)**

CÓDIGO DA PROVA

**S01T**

**Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ADAPTADA DO HINO DA PMERJ PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

**“Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser. É mostrar-se um forte no que acontecer.”**

**ATENÇÃO**

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos.

Este caderno contém 60 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e Prova Discursiva.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
- Direito Administrativo	15	1,2
- Direito Constitucional	15	1,6
- Direito Penal	15	1,6
- Direito Processual Penal	10	1,0
- Direito Penal Militar	5	0,8

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.  
O tempo de duração de prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e Folha de Respostas.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas das questões objetivas e/ou da Folha de Resposta da questão Discursiva por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

**Informações importantes:**

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas da prova objetiva assinado, a Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.

A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta destinada a essa finalidade, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha de Respostas da Prova Discursiva será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha da Prova Discursiva.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**BOA PROVA!**

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 01

Ministério Público do Estado X promove ação de improbidade administrativa, regida pelo procedimento especial da Lei nº 8.429/1992, em face de José Carlos, chefe do poder executivo estadual. Nesse ínterim, de modo anteposto ao recebimento da petição inicial, o juiz verifica a regularidade dessa e notifica o requerido para oferecer resposta preliminar ou defesa prévia, por escrito, no lapso temporal de 15 dias. Acerca desse momento processual, e em observância ao procedimento especial da ação de improbidade administrativa, é correto afirmar:

- A) Uma vez recebida a defesa prévia ou resposta preliminar formulada pelo requerido, o juiz dentro do lapso temporal de 30 dias, em decisão fundamentada, poderá rejeitar a ação desde que calcado na inexistência do ato de improbidade administrativa ou pela inadequação da via eleita.
- B) Embora haja possibilidade quanto ao oferecimento da defesa prévia ou resposta preliminar pelo requerido de modo anteposto ao recebimento da petição inicial, o juiz agiu erroneamente, tendo em vista que o lapso temporal para apresentação daquela é de 30 dias.
- C) Tendo sido recebida a defesa prévia ou resposta preliminar pelo juiz, esse no prazo de 60 dias, fundamentadamente, poderá rejeitar aquela, se convencido da inexistência do ato de improbidade ou pela inadequação da via eleita.
- D) Não há no procedimento especial da ação de improbidade administrativa, possibilidade de oferecimento de defesa prévia ou resposta preliminar pelo requerido, de modo anteposto ao recebimento da petição inicial, o que demonstra violação ao devido processo legal.
- E) Tendo sido recebida a defesa prévia ou resposta preliminar pelo juiz, esse no prazo de 15 dias, fundamentadamente, poderá rejeitar aquela, se convencido da inexistência do ato de improbidade ou pela inadequação da via eleita.

### Questão 02

Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação de precatórios. O fragmento mencionado retrata o respeito ao princípio da Administração Pública:

- A) tutela.
- B) impessoalidade.
- C) eficiência.
- D) autotutela.
- E) razoabilidade.

### Questão 03

O surgimento de uma nova norma jurídica que venha a contrariar a antiga, estar-se-á de frente com qual modalidade de extinção dos atos administrativos?

- A) Cassação
- B) Caducidade
- C) Revogação
- D) Anulação
- E) Contraposição

### Questão 04

São atributos do ato administrativo:

- A) imperatividade, automotivação e objeto.
- B) presunção de autoexecutoriedade, legitimidade e autoimperatividade.
- C) presunção de legitimidade e de veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- D) presunção de culpabilidade, facultatividade e autoexecutoriedade.
- E) motivação, executoriedade e objeto.

**Questão 05**

Conforme prevê a Constituição, em regra há vedação de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções na Administração Pública Direta e Indireta. Assinale a assertiva correta quanto a exceção a esta regra.

- A) Pode-se acumular 2 (dois) cargos de professor e 1 (um) de técnico ou científico.
- B) Não há exceção à regra e não pode haver acumulação remunerada de cargos.
- C) Pode-se acumular 1 (um) cargo de professor e 2 (dois) como técnico ou científico.
- D) Pode-se acumular 3 (três) cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- E) Pode-se acumular 2 (dois) cargos de professor.

**Questão 06**

A descontração e a descentralização administrativa são formas de organização administrativa do Poder Público. Sendo assim, a concessão é forma de:

- A) descentralização territorial.
- B) concentração administrativa.
- C) descentralização por delegação.
- D) descentralização por outorga.
- E) descontração administrativa.

**Questão 07**

Um contrato administrativo foi declarado nulo após três meses de execução por ter sido celebrado sem licitação e fora das hipóteses permitidas em lei. Isto é um ato administrativo:

- A) perfeito, inválido e eficaz.
- B) perfeito, inválido e ineficaz.
- C) imperfeito, válido e eficaz.
- D) perfeito, válido e eficaz.
- E) perfeito, válido e ineficaz.

**Questão 08**

Os atos administrativos possuem um conjunto de requisitos. Então, das alternativas a seguir, assinale aquela que contempla tais requisitos.

- A) Finalidade, vinculação, decisão e objeto.
- B) Habilitação, motivação, finalidade pública e conteúdo.
- C) Forma, finalidade, vinculação e decisão motivada.
- D) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- E) Competência, tutela, motivo, forma e vinculação.

**Questão 09**

Atente para o trecho a seguir: "(...) pessoas despersonalizadas – são compostas por agentes – pessoas físicas – cujas condutas retratam a vontade do Estado – pessoa jurídica de direito público". Trata-se de um importante conceito do doutrinador José M. Pinheiro Madeira, em sua obra *Administração Pública*, Tomo I, pág. 863, 12ª. Edição, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

O fragmento acima se refere ao conceito de:

- A) Órgão Público.
- B) Pessoa de direito privado.
- C) Autarquia.
- D) Fundação pública.
- E) Pessoa de direito público.

**Questão 10**

Assinale a alternativa que indica pessoa jurídica que possui exclusivamente personalidade jurídica de direito privado.

- A) Corporação pública.
- B) Empresa pública.
- C) Autarquia fundacional.
- D) Agência reguladora.
- E) Departamento público.

**Questão 11**

No que concerne às responsabilidades do servidor público, assinale a opção correta.

- A) A ação regressiva do Estado em face do servidor prescreve em 5 anos.
- B) O servidor absolvido na esfera criminal por legítima defesa é inadmissível sua vinculação na esfera administrativa, no que se refere a aplicação de penalidade.
- C) Tais responsabilidades podem ser do tipo civil, penal e administrativa.
- D) É de competência da Administração Pública apurar a responsabilidade civil em face de queixa da Administração em uma possível lesão contra o seu patrimônio.
- E) As sanções civis, penais e administrativas não podem jamais cumularem-se.

**Questão 12**

Com relação ao previsto na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, aos servidores militares ficam assegurados alguns direitos. Das alternativas a seguir, assinale a correta em relação ao previsto na citada constituição.

- A) Duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e trinta e seis horas semanais, facultada a compensação de horários.
- B) Proibição da incidência da gratificação adicional por tempo de serviço sobre o valor dos vencimentos.
- C) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quinze por cento à do normal.
- D) Remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- E) Salário família para os seus dependentes.

**Questão 13**

A modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias José M. Pinheiro Madeira, em sua obra Administração Pública, Tomo I, pág. 863, 12ª. Edição, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014, é chamada de:

- A) concurso.
- B) concorrência.
- C) tomada de preços.
- D) leilão.
- E) convite.

**Questão 14**

Como medida à transparência administrativa está ato de divulgar o vencimento bruto e vantagens pecuniárias de servidores públicos. Essa medida se integra ao princípio da:

- A) razoabilidade.
- B) publicidade.
- C) autotutela.
- D) motivação.
- E) eficiência.

**Questão 15**

Os agentes públicos de fato são aqueles que não ostentam vínculo jurídico válido com o Estado, mas ainda assim desempenham função pública com a intenção de satisfazer o interesse público.

José M. Pinheiro Madeira, em sua obra Administração Pública, Tomo I, pág. 433, 12ª. Edição, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

Dentre esses agentes, há aqueles que exercem a função em situação de calamidade ou de emergência, e podem ser chamados de agentes de fato:

- A) voluntários.
- B) efetivos.
- C) coagidos.
- D) putativos.
- E) necessários.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 16

José Lucas, Deputado Federal, está sendo investigado porque supostamente furtou energia elétrica em sua casa de veraneio situada em Cabo Frio. O crime teria ocorrido após a investidura no mandato legislativo. Considerando o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal sobre crimes cometidos por parlamentares, José Lucas deverá ser processado e julgado perante o:

- A) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- B) Superior Tribunal Eleitoral.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Supremo Tribunal Federal.
- E) Juízo de uma das Varas Criminais da Comarca de Cabo Frio.

### Questão 17

Vinicius é brasileiro nato, tem 71 anos e é alfabetizado. Roberto é naturalizado brasileiro, tem 18 anos e é analfabeto. Amanda é brasileira nata, tem 20 anos e está cumprindo pena privativa de liberdade em razão de sentença criminal com trânsito em julgado. Glória é brasileira nata, tem 25 anos, é militar em atividade do Exército Brasileiro há oito anos. Eduardo é naturalizado brasileiro, tem 36 anos e é alfabetizado. Assinale a alternativa correta, considerando os direitos políticos dos personagens acima.

- A) O voto para Amanda é facultativo.
- B) O voto para Vinicius é obrigatório.
- C) Glória é elegível para o cargo de Governador.
- D) Eduardo é elegível para o cargo de Deputado Federal.
- E) Roberto não tem direito a voto.

### Questão 18

Assinale a espécie de pena que a Constituição da República Federativa do Brasil atualmente em vigor autoriza.

- A) De banimento.
- B) Perpétua.
- C) De trabalho forçado.
- D) De morte, em caso de guerra declarada.
- E) Cruel.

### Questão 19

Sobre o poder constituinte de reforma, assinale a alternativa correta.

- A) A emenda constitucional pode ser proposta por iniciativa popular.
- B) As limitações materiais ao poder de reforma denominam-se cláusulas pétreas.
- C) Durante a intervenção federal o poder de reforma não está submetido à restrição circunstancial.
- D) A constituição rígida tem o mesmo rito da flexível para sua reforma.
- E) O poder de reforma, no que toca à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é ilimitado.

### Questão 20

Matheus foi preso em flagrante no dia 1º de abril de 2018 pela prática de crime de roubo com emprego de faca. No mesmo dia, Anderson, em outro episódio, foi preso em flagrante pela prática de roubo com emprego de arma de fogo. Ambos foram denunciados no dia 15 daquele mês.

Quando do cometimento dos crimes, o Código Penal tinha a seguinte redação:

“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. (...) § 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade: I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;”.

Em 24 de abril de 2018 entrou em vigor a Lei nº 13.654, que modificou o Código Penal.

Com a alteração, a redação passou a ser a seguinte:

“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. (...) § 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018): I – (revogado) (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018); II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...) § 2º-A A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços) (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018): I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018); II – se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018).”

Levando em conta os princípios constitucionais que prestigiam o direito de liberdade e a aplicação de penas criminais, assinale a alternativa correta.

- A) Matheus, uma vez sentenciado, terá aplicada contra si a causa de aumento de pena do parágrafo 2º, inciso I, do artigo 157 do Código Penal, em razão do princípio da retroatividade da lei penal benéfica (artigo 5º XL, da CRFB/88).
- B) Matheus e Anderson terão aplicadas contra si as frações correspondentes às causas de aumento de pena que vigoravam na data do cometimento dos crimes.
- C) Anderson, uma vez sentenciado, não terá aplicada contra si a fração de aumento estabelecida no parágrafo 2º - A, inciso I, do artigo 157 do Código Penal, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (artigo 5º XL, da CRFB/88).

- D) Matheus, uma vez sentenciado, não terá aplicada contra si a causa de aumento de pena do parágrafo 2º, inciso I, do artigo 157 do Código Penal, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (artigo 5º XL, da CRFB/88).
- E) Anderson, uma vez sentenciado, terá aplicada contra si a fração de aumento estabelecida no parágrafo 2º - A, inciso I, do artigo 157 do Código Penal, em razão do princípio da ultratividade da lei penal mais gravosa (artigo 5º XL, da CRFB/88).

### Questão 21

Vitor é apreciador da arte indígena brasileira e visita mensalmente o mesmo museu histórico. Com o passar dos meses, ele percebe que o acervo da instituição está diminuindo. Ao buscar informações sobre o desaparecimento do patrimônio do museu, descobre e reúne provas de que o diretor da instituição está dilapidando propositalmente as peças indígenas, vendendo-as no mercado negro. Indique o remédio constitucional que poderá ser manejado por Vitor para fazer cessar a lesão ao patrimônio histórico.

- A) Ação popular.
- B) Habeas corpus.
- C) Habeas data.
- D) Mandado de injunção.
- E) Mandado de segurança coletivo.

### Questão 22

Sobre inviolabilidade de domicílio, prisão e a restrição do horário para realização de busca domiciliar, assinale a resposta correta.

- A) Mandado de prisão tem autorização implícita de busca domiciliar e pode ser cumprido durante o dia e a noite.
- B) O morador que se recusar a entregar, durante o dia, um indivíduo que tenha contra si mandado de prisão estará em exercício regular de direito.
- C) O conceito de casa não se confunde com o de escritório profissional para fins de cumprimento de mandado de prisão.
- D) A prisão em flagrante encontra restrição de horário.
- E) O morador que impedir a autoridade policial de cumprir mandado de busca e apreensão no período noturno estará em exercício regular de direito.

**Questão 23**

Francisco nasceu em 1979 no Brasil, filho de pai português e mãe brasileira. Em 2007, Francisco casou-se com Matilda, nascida no Brasil, filha de pais brasileiros. Em 2009, Francisco e Matilda tiveram o primeiro filho, Pedro, nascido no Brasil. Em 2011, em viagem a Portugal, tiveram o segundo filho, João, que foi registrado em repartição brasileira. Francisco, por atribuição de nacionalidade, é português (nato), e Matilda, de acordo com o ordenamento jurídico português, poderá adquirir a nacionalidade portuguesa (naturalizada), pois estão casados há mais de 3 (três) anos (de acordo com o artigo 9º da Lei de Nacionalidade). Assinale a alternativa correta.

- A) Pedro é brasileiro naturalizado.
- B) Francisco não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República.
- C) João é brasileiro naturalizado.
- D) Francisco, ao ter atribuída a si a nacionalidade portuguesa, perdeu a nacionalidade brasileira.
- E) Matilda, caso obtenha a nacionalidade portuguesa por naturalização, perderá a brasileira.

**Questão 24**

A respeito dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- A) A aquisição de personalidade jurídica pelos partidos políticos ocorre com o registro dos seus estatutos no Superior Tribunal Eleitoral.
- B) O pluripartidarismo é princípio estatuído constitucionalmente.
- C) A criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos depende de autorização de Congresso Nacional.
- D) É permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
- E) É permitido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

**Questão 25**

“O reconhecimento da supremacia da Constituição e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos de defesa da Constituição e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.”

MENDES, Gilmar Ferreira, Curso de Direito Constitucional, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 2016, p. 1078.

Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a assertiva correta.

- A) No controle incidental a questão constitucional é suscitada em um processo ou ação principal.
- B) A inconstitucionalidade orgânica é relativa ao conteúdo da norma.
- C) O controle concentrado pode ser realizado por qualquer órgão jurisdicional.
- D) O controle preventivo ocorre depois do aperfeiçoamento do ato normativo.
- E) O veto oposto pelo Executivo a projeto de lei é exemplo de controle político.

**Questão 26**

“O federalismo tem as suas primeiras origens nos Estados Unidos. Surgiu como resposta à necessidade de um governo eficiente em vasto território, que, ao mesmo tempo, assegurasse os ideais republicanos que vingaram com a revolução de 1776.”

MENDES, Gilmar Ferreira, Curso de Direito Constitucional, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 2016, p. 839.

No que concerne à organização do Estado, indique a resposta correta.

- A) A separação de Estado-membro, no Brasil, é permitida por meio do direito de secessão (artigo 1º da CRFB/88).
- B) O poder constituinte dos Estados-membros é originário, decorrente do seu poder soberano.
- C) A intervenção federal pode ocorrer em Municípios dos Estados-membros.
- D) No federalismo, os Estados-membros não têm autonomia.
- E) A intervenção federal importa a suspensão temporária das normas constitucionais asseguradoras da autonomia da unidade atingida pela medida.

**Questão 27**

“Historicamente, o nascimento da noção teórica de “tripartição de poderes” pode ser situado na Antiguidade grega, com a publicação da obra “Política” por Aristóteles. Identificou o pensador grego a existência de três funções distintas exercidas pelo poder soberano: a função de elaborar normas gerais e abstratas (função legislativa), a função de aplicar essas normas gerais aos casos concretos (função executiva) e a função de dirimir os conflitos eventualmente havidos na aplicação de tais normas (função de julgamento).”

VICENTE, Paulo; MARCELO, Alexandrino. Direito Curso de Direito Constitucional, 7ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2011, p. 425.

Acerca do Poder Legislativo, assinale a resposta correta.

- A) O Poder Legislativo federal é unicameral.
- B) As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) podem ser criadas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou pelo Congresso Nacional, com o fim de investigar fato determinado de interesse público.
- C) A Câmara dos Deputados é composta por representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos para exercício de mandato por 08 (oito) anos.
- D) O Senado Federal compõe-se de representante do povo, eleitos pelo sistema proporcional, para mandatos de quatro anos.
- E) O Poder Legislativo exerce função típica quando dispõe sobre sua organização interna ou sobre a criação de cargos públicos de suas Casas.

**Questão 28**

São princípios administrativos implícitos:

- A) legalidade e moralidade.
- B) proporcionalidade e impessoalidade.
- C) moralidade e razoabilidade
- D) razoabilidade e proporcionalidade.
- E) proporcionalidade e legalidade.

**Questão 29**

Sobre os regramentos da Ordem Social, assinale a alternativa correta.

- A) O sistema único de saúde é financiado integralmente pela União.
- B) A cobrança de taxa de matrícula em universidades públicas é considerada inconstitucional.
- C) Os policiais militares encontram-se sob o regime geral da previdência social.
- D) O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a proibição da marcha da maconha não se traduz em ameaça à liberdade de expressão.
- E) O casamento homoafetivo é vedado pela CRFB/88.

**Questão 30**

De acordo com o art. 144 da CRFB/88, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares”. Marque a assertiva correta.

- A) A guarda municipal é integrante da estrutura de segurança pública.
- B) A polícia ferroviária federal tem como função precípua a investigação de crimes ocorridas nas cercanias das ferrovias.
- C) A competência das polícias civis para apuração de crimes não engloba investigação de crimes militares.
- D) os delegados de polícia têm foro de prerrogativa de função e em caso de cometimento de crimes dolosos contra a vida são processados e julgados perante os Tribunais de Justiça.
- E) Os estados podem criar órgãos responsáveis pela segurança pública.



**Questão 31**

Em virtude de medida protetiva judicialmente decretada, Afrânio, que cometera um crime de violência doméstica, é proibido de se aproximar de sua ex-esposa Emiliana, devendo dela ficar a uma distância mínima de duzentos metros. Certo dia, Afrânio comparece a uma festa de casamento e ali encontra Emiliana. Afrânio sabia que, assim como ele, a ex-esposa também mantinha uma relação de amizade com o noivo, mas, por distração, não imaginou que Emiliana compareceria à festa, embora tal circunstância fosse previsível. Após o encontro, Afrânio, com receio das consequências, deixa o local. Emiliana, todavia, liga para a polícia militar e solicita que uma viatura ali compareça, relatando aos policiais, quando de sua chegada, o que acabara de acontecer. Considerando exclusivamente as informações contidas no enunciado, assinale a assertiva que corretamente realiza a subsunção da conduta ao tipo penal:

- A) Afrânio cometeu crime previsto no Código Penal, na modalidade dolosa.
- B) Afrânio cometeu crime previsto em lei especial, na modalidade culposa.
- C) Afrânio não cometeu crime.
- D) Afrânio cometeu crime previsto no Código Penal, na modalidade culposa.
- E) Afrânio cometeu crime previsto em lei especial, na modalidade dolosa.

**Questão 32**

Natanael, que vende em via pública mídias digitais contendo filmes “piratas”, procura Osvaldo, que sabe ser amigo do policial militar Ernane. Ernane, meses atrás, prendera Natanael em flagrante delito, conduzindo-o à delegacia de polícia, razão pela qual Natanael pede a Osvaldo que convença o policial a permitir a venda ilícita do material “pirateado”. Osvaldo afirma que, de fato, é capaz de influenciar Ernane, mas que só exercerá a influência se Natanael lhe pagar a quantia de dois mil reais. Este concorda e dá a quantia a Osvaldo, sem saber que o interlocutor mentira: em verdade, Osvaldo é incapaz de alterar o ânimo de Ernane e nem mesmo pretende alterá-lo, mentindo unicamente para obter vantagem financeira. Considerando que Osvaldo não é funcionário público, sequer por equiparação, é correto dizer que ele praticou crime de:

- A) estelionato.
- B) tráfico de influência.
- C) corrupção ativa.
- D) exploração de prestígio.
- E) corrupção passiva.

**Questão 33**

Configura crime de feminicídio:

- A) matar culposamente a própria filha ao disparar sem querer uma arma de fogo.
- B) matar a facadas uma mulher com quem contraiu dívidas, a fim de extinguir o direito de crédito.
- C) matar dolosamente, por acreditar que mulheres são inferiores aos homens, a ex-companheira, atropelando-a na direção de veículo automotor.
- D) lesionar dolosamente a própria esposa aos socos, provocando sem querer sua morte ao causar-lhe uma hemorragia interna.
- E) abandonar a neta à própria sorte, causando culposamente seu óbito.

**Questão 34**

O crime de importunação sexual:

- A) ocorre quando fotos da vítima nua são publicadas na internet sem a sua anuência.
- B) tem a pena aumentada se o agente é padrasto da vítima.
- C) resta configurado quando praticado sexo oral com pessoa portadora de enfermidade mental, que não tem o necessário discernimento para o ato.
- D) somente pode ser processado mediante ação pública condicionada à representação do ofendido.
- E) contempla a conduta de praticar conjunção carnal na presença de pessoa menor de quatorze anos.

**Questão 35**

Acerca dos crimes contra a paz pública, considerando unicamente os dados contidos nas alternativas abaixo consignadas, é correto afirmar que:

- A) o crime de associação criminosa é classificado como crime instantâneo de efeitos permanentes.
- B) há doutrina sustentando que o tipo penal de constituição de milícia privada fere o princípio da taxatividade.
- C) entre os crimes deste título se encontra o delito de organização criminosa.
- D) passeatas defendendo a descriminalização do aborto caracterizam o crime de incitação ao crime.
- E) o crime de apologia a crime ou criminoso ocorre mesmo quando a apologia se dá de forma privada.

**Questão 36**

Alfredo, ao tentar subtrair sorrateiramente da bolsa de certa mulher um aparelho de telefonia celular, tem sua conduta percebida por Benedito, segurança de uma empresa de transporte de valores. Benedito ordena que Alfredo pare, mas este se coloca em fuga, momento em que o segurança saca sua arma de fogo e dispara contra ele, tentando matá-lo. Todavia, Benedito erra o alvo e atinge Rosa, grávida, que abriu a porta de sua casa justamente no momento em que Alfredo passou correndo pelo local. Rosa morre, o que produz também a morte do produto da concepção. Analisando unicamente as informações contidas no enunciado, é correto afirmar que Benedito:

- A) não responderá por crime algum, pois agiu em legítima defesa.
- B) responderá por homicídio doloso.
- C) não responderá por crime algum, pois agiu no exercício regular de um direito.
- D) responderá por homicídio culposo.
- E) responderá por homicídio doloso e aborto provocado por terceiro sem o consentimento da vítima.

**Questão 37**

Dirigindo embriagado pelas ruas da Lapa, o cônsul da França no Rio de Janeiro provoca um acidente, no qual resta ferida sua esposa brasileira, que também estava no carro. Transferida a um hospital francês, a mulher morre depois de alguns meses internada, em virtude dos ferimentos suportados por ocasião do acidente. Nesse contexto, o cônsul poderá ser punido criminalmente de acordo com a lei brasileira?

- A) Sim, pois o crime aconteceu no estrangeiro, onde se deu o resultado, aplicando-se ao caso, todavia, a extraterritorialidade da lei brasileira.
- B) Não, pois, em razão de imunidade diplomática, trata-se de uma hipótese de intraterritorialidade da lei penal estrangeira.
- C) Sim, pois, como imunidade do cônsul não alcança a conduta praticada, aplica-se a lei brasileira, uma vez que o crime foi praticado em território nacional.
- D) Não, pois, se o resultado aconteceu no estrangeiro, o crime não se deu em território nacional.
- E) Sim, pois, se a ação aconteceu no Brasil, sempre haverá a aplicação da lei brasileira ao caso concreto, pelo princípio da territorialidade.

**Questão 38**

“Uma nova categoria da teoria do delito – a responsabilidade – é o fundamento da pena ao injusto praticado. A responsabilidade é formada pela culpabilidade e pelos fins preventivos da pena, de modo a reestruturar a teoria do delito numa acepção teleológico-racional”

DE BEM, Leonardo Schmitt; MARTINELLI, João Paulo. Lições fundamentais de direito penal. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 556.

O trecho destacado se refere:

- A) à culpabilidade como sinônimo de responsabilidade penal subjetiva.
- B) à culpabilidade como conceito puramente psicológico.
- C) à culpabilidade em uma das concepções pós-finalistas.
- D) ao conceito normativo puro da culpabilidade.
- E) à concepção psicológico-normativa neokantiana da culpabilidade.

**Questão 39**

São considerados crimes imprescritíveis:

- A) o racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- B) os hediondos e os equiparados a hediondos.
- C) o racismo, o estupro e o estupro de vulnerável.
- D) o genocídio, o homicídio qualificado, o estupro e o estupro de vulnerável.
- E) aqueles classificados como hediondos.

**Questão 40**

Durante uma operação da Polícia Militar em certa comunidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, local territorialmente ocupado pela facção criminosa X, que se dedica ao tráfico de drogas, policiais abordam Aristeu, pois contra ele há denúncias apontando-o como integrante da facção criminosa. Submetendo-o a revista pessoal, os policiais encontram com Aristeu um rádio-comunicador sintonizado na frequência usada pela facção criminosa X e um revólver calibre .38, contendo em seu tambor cinco cartuchos íntegros de munição. Levado à Delegacia de Polícia responsável pela área, Aristeu, mesmo cientificado do direito de permanecer em silêncio, decide confessar. Assim, revela que há seis meses recebe a quantia de R\$ 80,00 por semana para observar a movimentação de policiais e rivais no interior da comunidade, repassando as informações via rádio para os demais integrantes da facção. No que concerne à arma de fogo, confessa tê-la recebido das mãos do chefe da facção, com a ordem de usá-la sempre que policiais e rivais se aproximassem da boca-de-fumo, a fim de facilitar a fuga de quem ali estivesse vendendo drogas. Aristeu ressalva, ainda, que nunca chegou a realizar qualquer disparo com a arma de fogo. Analisando tão somente as informações contidas no enunciado, é correto afirmar que Aristeu praticou crime de:

- A) associação para o tráfico e colaboração para o tráfico majoradas.
- B) associação para o tráfico majorada.
- C) colaboração com o tráfico majorada.
- D) associação para o tráfico e porte de arma de fogo de uso permitido.
- E) colaboração com o tráfico e porte de arma de fogo de uso permitido.

**Questão 41**

Constitui crime do Estatuto do Desarmamento:

- A) importar acessório de arma de fogo sem autorização da autoridade competente.
- B) realizar, no interior de um veleiro que navega distante da costa, disparo de arma de fogo para o alto.
- C) possuir, sem autorização da autoridade competente, maquinismo destinado à recarga de munição.
- D) manter sob sua guarda, no consultório médico de que é titular, arma de fogo de uso permitido registrada em seu nome.
- E) trazer consigo, culposamente e sem autorização para o porte, munição para arma de fogo de uso restrito.

**Questão 42**

Fulgêncio, oficial da Polícia Militar, ouve gritos de dor no interior da repartição militar em que trabalha. Logo depois, vê Norival, oficial a ele subordinado, passando por um dos corredores. Fulgêncio, então, pergunta a Norival a razão dos gritos, obtendo como resposta que um dos sargentos lotados na unidade está torturando uma pessoa para obter informações sobre determinada associação criminosa. Conhecendo Norival como notório gaiato, Fulgêncio acredita que o subordinado está brincando e não toma qualquer atitude. Considerando que a tortura realmente ocorria e que prosseguiu devido às omissões de Fulgêncio e Norival, sendo certo que a vítima suportou lesões corporais de natureza leve, assinale a alternativa que corretamente subsume a conduta dos dois oficiais à norma penal.

- A) Norival responde por tortura por omissão; Fulgêncio, por lesão corporal culposa.
- B) Norival responde por tortura por omissão; Fulgêncio, por tortura culposa.
- C) Norival e Fulgêncio respondem por tortura por omissão.
- D) Norival não responde por crime algum, pois levou o fato ao conhecimento de Fulgêncio; Fulgêncio responde por tortura por omissão.
- E) Norival responde por tortura por omissão; a conduta de Fulgêncio é atípica.

**Questão 43**

A possibilidade de punição criminal exige que o agente ingresse com sua conduta nos atos executórios. Sobre o momento de transição dos atos preparatórios para os atos executórios, é correto afirmar que:

- A) a teoria subjetiva, adotada no Código Penal brasileiro, se baseia na percepção do autor, isto é, se o autor, em sua ótica, já começou a praticar o crime, houve ingresso nos atos de execução.
- B) a teoria material-objetiva restringe o ingresso nos atos executórios à realização, ainda que parcial, do núcleo do tipo.
- C) de acordo com o critério formal-objetivo, a prática de atos imediatamente anteriores à realização do núcleo do tipo caracteriza o ingresso nos atos de execução.
- D) as teorias negativistas negam a distinção entre o crime tentado e o crime consumado, de sorte que se torna irrelevante demonstrar o momento de ingresso da conduta do autor nos atos executórios.
- E) o critério objetivo-individual, mesmo se mantendo no plano objetivo, agrega ao reconhecimento do ingresso nos atos executórios um elemento subjetivo, baseado na análise do plano concreto do autor.

**Questão 44**

A disciplina do crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor por condutor embriagado vem sofrendo diversas alterações normativas nos últimos anos. Sobre a atual situação jurídica, assinale a resposta correta.

- A) O homicídio praticado por condutor embriagado na direção de veículo automotor é invariavelmente doloso.
- B) A embriaguez do condutor que, na direção de veículo automotor, pratica homicídio culposo, determina o reconhecimento de circunstância qualificadora do crime contra a vida.
- C) Caso o homicídio culposo na direção de veículo automotor seja praticado por condutor embriagado, haverá concurso de crimes.
- D) O crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor sofre aumento da pena quando praticado por condutor embriagado.
- E) O crime de embriaguez ao volante é absorvido pelo delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor e o estado de embriaguez sequer repercute na pena do crime contra a vida.

**Questão 45**

Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que corretamente contempla apenas contravenções penais previstas no Decreto-Lei nº 3.688/1941.

- A) Mediação para servir à lascívia de outrem, arremesso ou colocação perigosa e jogo do bicho.
- B) Violação de domicílio, perturbação do trabalho ou do sossego alheios e exercício ilegal de profissão ou atividade.
- C) Omissão de cautela na guarda ou condução de animais, vias de fato e falso alarma.
- D) Perigo de desabamento, dano culposo e direção não licenciada de aeronave.
- E) Importunação ofensiva ao pudor, perturbação da tranquilidade e exploração de jogo de azar.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****Questão 46**

Renomado médico especialista em inseminação artificial, ao atender suas pacientes em seu consultório, no período entre 02/01/2017 e 01/12/2017, praticou violação sexual mediante fraude contra 15 (quinze) mulheres, todas maiores de 18 anos e livres de qualquer vulnerabilidade. Em 02/01/2019, um repórter noticiou os fatos em seu programa de televisão, o que ganhou enorme repercussão nacional e internacional. Em razão disso, todas as vítimas do médico se sentiram encorajadas e procuraram a delegacia de polícia com atribuição, oportunidade em que requereram ao delegado de polícia titular da unidade a instauração de inquérito policial para investigar os fatos. Sobre a situação apresentada, o delegado de polícia titular da unidade deverá:

- A) indeferir todos os requerimentos formulados pelas vítimas e não instaurar inquérito policial, vez que a punibilidade do médico está extinta pela prescrição face à ausência da propositura de queixa-crime no prazo legal.
- B) deferir os requerimentos formulados pelas vítimas e instaurar inquérito policial, pois se trata de crime de ação penal privada.
- C) deferir os requerimentos formulados e instaurar inquérito policial, desde que as vítimas exerçam o direito de representação, pois se trata de crime de ação penal pública condicionada.
- D) deferir os requerimentos formulados pelas vítimas e instaurar inquérito policial, uma vez que se trata de crime de ação penal pública incondicionada.
- E) indeferir todos os requerimentos formulados pelas vítimas e não instaurar inquérito policial, vez que a punibilidade do médico está extinta pela decadência face à ausência de representação no prazo legal.

**Questão 47**

No tocante à prova, corpo de delito e perícias em geral, marque a alternativa correta.

- A) Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- B) De acordo com o princípio da comunhão da prova, a parte que a introduziu no processo penal tem sua exclusividade, ou seja, se o Ministério Público produziu uma prova no curso de uma ação penal, o réu não poderá utilizá-la.
- C) De acordo com o Código de Processo Penal, que adotou o sistema vinculatório, o juiz fica vinculado ao laudo pericial, não podendo rejeitá-lo.
- D) A autoridade policial que recebe aparelho de telefonia celular da esposa da vítima de crime de homicídio e o encaminha, sem autorização judicial prévia, para a perícia, onde se realiza a extração de conversas constantes em aplicativo de mensagens, não pratica ilegalidade, sendo o laudo pericial lícito.
- E) A cadeia de custódia da prova inicia com a ação penal e termina com a sentença recorrível para a acusação.

**Questão 48**

Acerca da prisão preventiva e da prisão temporária, assinale a assertiva correta.

- A) Um dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva é o crime ser doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- B) O juiz poderá decretar, ex officio, a prisão preventiva no curso do inquérito policial a fim de garantir a ordem pública.
- C) Consoante posicionamento consolidado do Pretório Excelso, a prisão temporária pode ser decretada no curso da ação penal quando o réu estiver ameaçando testemunhas e destruindo provas.
- D) Caberá prisão temporária na fase inquisitorial, assim como no curso da ação penal.
- E) Segundo entendimento recente da 6ª turma do STJ, a prática de contravenção penal, no âmbito de violência doméstica, não é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.

**Questão 49**

Quanto à prisão domiciliar, assinale a alternativa correta.

- A) A substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar do agente extremamente debilitado por motivo de doença grave poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.
- B) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 14 (quatorze) anos de idade incompletos.
- C) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças, idosos ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido o crime com violência ou grave ameaça a pessoa ou não tenha cometido o crime contra seu filho, idoso ou dependente.
- D) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 4 (quatro) anos de idade ou com deficiência.
- E) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 60 (sessenta) anos.

**Questão 50**

Paulo, logo depois de praticar um furto de um aparelho celular de um transeunte, é preso por policiais militares, que encontraram em seu poder o aparelho celular da vítima. No entanto, os policiais militares não lograram êxito em localizar testemunhas que tenham presenciado o fato. Sendo assim, conduziram Paulo à presença da autoridade policial de plantão, que determinou a lavratura do auto de prisão em flagrante, que foi assinado por duas pessoas que testemunharam a apresentação do preso à autoridade. Quanto a essas duas pessoas, doutrinariamente, são denominadas de testemunha:

- A) remota.
- B) referida.
- C) imprópria.
- D) numerária.
- E) própria.

**Questão 51**

Acerca da ação penal, assinale a alternativa correta.

- A) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- B) No curso da ação penal, o ofendido, ou seu representante legal, poderá se retratar da representação formulada na fase inquisitorial.
- C) É vedado ao Ministério Público oferecer denúncia com base em peças de informação.
- D) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 (dez) dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 (trinta) dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- E) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.

**Questão 52**

Acerca da prisão em flagrante, marque a assertiva correta.

- A) O flagrante diferido ocorre quando o agente é preso no momento em que está praticando o crime.
- B) Verificada a legalidade da prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente converter a prisão em flagrante em temporária, quando presentes os requisitos constantes da Lei nº 7.960/1989, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
- C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados oportunamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- D) O flagrante esperado ocorre, por exemplo, quando um policial militar, de forma insidiosa, instiga o agente à prática do delito com o propósito de prendê-lo em flagrante, ao mesmo tempo em que adota todas as providências para que o delito não se consuma.
- E) No flagrante ficto, o agente é preso, logo depois de praticar a infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

**Questão 53**

Carlos é investigado por tráfico de drogas pela Delegacia de combate às Drogas. Em 28/01/2019, o delegado de polícia titular da especializada representou pela condução coercitiva de Carlos para ser interrogado na sede da referida Delegacia de Polícia. O delegado justificou seu pedido argumentando que a condução coercitiva seria imprescindível para acelerar as investigações. O juiz, ao decidir sobre a medida, indeferiu o pedido sob o fundamento de que, segundo o STF, a condução coercitiva para interrogatório viola o direito à(ao):

- A) tempo necessário à preparação da defesa e à não incriminação.
- B) liberdade de locomoção e à presunção de não culpabilidade.
- C) devido processo legal e à ampla defesa.
- D) imparcialidade, à paridade das armas e à ampla defesa
- E) não autoincriminação e à liberdade de locomoção.

**Questão 54**

No que tange ao princípio do contraditório e da ampla defesa, marque a alternativa correta:

- A) O contraditório será eficaz ainda que despreze a paridade de tratamento (*par conditio* ou paridade de armas).
- B) O princípio da ampla defesa abrange o direito à defesa técnica, que é necessária e irrenunciável, devendo ser realizada por quem tenha habilitação para tanto; e à autodefesa, que confere ao acusado direito de audiência, de presença e de capacidade postulatória autônoma em alguns casos.
- C) O princípio do contraditório pressupõe 2 (dois) elementos: direito à informação, que visa a cientificar o acusado da existência da demanda e dos argumentos da parte contrária, e direito à defesa técnica, que é irrenunciável e necessária, devendo ser realizada por quem tenha habilitação para tanto.
- D) A defesa técnica, corolário do princípio da ampla defesa, não é obrigatória na instrução processual penal.
- E) De acordo com o entendimento do STF, o contraditório deve ser observado no inquérito policial, sob pena de nulidade.

**Questão 55**

O promotor de justiça da 13ª Vara Criminal de Duque de Caxias-RJ denunciou Carlos pela prática do crime de extorsão (art. 158, caput, do CP), sendo certo que o juiz recebeu a denúncia. Assim, após a instrução probatória, o membro do Ministério Público observou o surgimento de prova de elementar da infração penal não contida na denúncia. Dessa forma, o Parquet deverá promover a (o):

- A) *mutatio libelli*.
- B) deflagração de nova denúncia.
- C) *emendatio libelli*.
- D) arquivamento indireto.
- E) arquivamento implícito.

**DIREITO PENAL MILITAR****Questão 56**

O conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato pertence ao conceito de:

- A) Aprestamento.
- B) Agregação.
- C) Adestramento.
- D) Controle.
- E) Dotação.

**Questão 57**

Acerca da Estrutura e Organização, na forma do R-200, que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares, assinale a assertiva correta.

- A) Com relação ao emprego, a responsabilidade funcional dos Comandantes-Gerais verificar-se-á quanto à operacionalidade, ao assessoramento e fiscalização das respectivas Corporações Policiais-Militares.
- B) O Comandante de Polícia Militar, quando Oficial do Exército, não poderá desempenhar, ainda que acumulativamente com as funções de Comandantes, outra função, no âmbito estadual, por prazo superior a 30 (trinta) dias em cada período consecutivo de 10 (dez) meses.
- C) A criação e a localização de organizações policiais-militares deverão atender ao cumprimento de suas missões normais, independentemente de aprovação pelo Estado-Maior do Exército.
- D) Os Comandantes-Gerais das Polícias Militares são os responsáveis, em nível de Administração Indireta, perante os Governadores das respectivas Unidades Federativas, pela administração e emprego da Corporação.
- E) O policial do serviço ativo do Exército, nomeado para comandar Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar, passará à disposição do respectivo Governo do Estado, Território ou Distrito Federal, pelo prazo de 3 (três) anos.



**Questão 58**

No que tange às Disposições Preliminares do Estatuto dos Policiais Militares do Rio de Janeiro, assinale a assertiva correta.

- A) É privativa de brasileiro nato e naturalizado a carreira de Oficial da Polícia Militar.
- B) O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica, relacionados com a atividade investigativa.
- C) A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, é uma instituição temporária, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à manutenção da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.
- D) Os integrantes da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria de servidores do Estado e são denominados policiais-civis.
- E) A carreira policial-militar é privativa do pessoal da ativa; inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.

**Questão 59**

Quanto ao Comando e Subordinação, previsto no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, pode-se afirmar:

- A) O Praça é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de funções de Comando, de Chefia e de Direção.
- B) A subordinação, embora afete a dignidade pessoal do policial-militar, decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar.
- C) Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução.
- D) Os Tenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; deverão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar.
- E) Subordinação é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o policial-militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização policial-militar.

**Questão 60**

De acordo com a aplicação da lei penal militar, prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.

- A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.
- B) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, exceto se sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- C) Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas conjuntamente.
- D) Ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, aplica-se a lei penal comum.
- E) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

Em uma batida policial, Pedro, Policial Militar, abordou Marcos e lhe solicitou que apresentasse Carteira Nacional de Habilitação e os documentos do veículo, ocasião em que verificou que Marcos estava com a sua habilitação suspensa por ter dirigido sob a influência de álcool. Em vista disso, Pedro informou Marcos que sua Carteira Nacional de Habilitação seria cassada, lhe seria aplicado multa no valor de R\$ 880,41 e seu veículo seria temporariamente apreendido, nos termos da lei. Inconformado, Marcos iniciou conversa com Pedro para tentar amenizar as consequências de seu ato. Pedro então informou que, caso Marcos transferisse para sua conta bancária pessoal a quantia de R\$ 1.000,00, ele não sofreria, naquele momento, nenhuma penalidade por dirigir com a habilitação suspensa. Indignado com a proposta, Marcos gravou a conversa com seu celular e denunciou Pedro por corrupção passiva com base, principalmente, na gravação colhida. Em sede de defesa, Pedro afirmou que a gravação configuraria quebra do sigilo das comunicações, vedada pelo art. 5º XII da Constituição Federal e que, portanto, configurava prova ilícita, a qual seria inadmissível nos termos do art. 5º, LVI, da Constituição Federal.

À luz do caso hipotético narrado acima, discorra utilizando de 25 a 30 linhas, brevemente sobre prova ilícita e se, em linha com os entendimentos jurisprudencial e doutrinário dominantes, as alegações formuladas por Pedro mostram-se procedentes.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO